115
RIB

Subsídios para uma autonomização e tipificação de um contrato principal numa parceria público-privada: o *Contrato de Parceria.*

Dissertação do Curso de Mestrado em Ciências Jurídico Civilísticas

da Faculdade de Direito da Universidade de Macau

João Ribeiro (Estudante número M-A5-6117-9)

ÍNDICE

		Página
CAPÍTULO I		
APROXIMAÇÃO INTRODUTÓRIA ÀS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		2
1.	Da necessidade	5
2.	Distinção face ao Project Finance	7
3.	Direito Civil vs. Common Law	11
CAPÍTULO II		
HISTÓRIA DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)		
4.	Ad radice	14
CAPÍTULO III		
AS PPP COMO MATERIALIZAÇÃO DE SÍNTESES IDEOLÓGICAS DO FINAL DO SÉCULO XX		
5.	Sociedade do Risco	19
6.	As PPP como mudança de paradigma na boa-governação	21
	Teorização-tipo das relações entre os sectores público e privado	27
	Aproximação entre gestão privada e administração pública	29
	Os diferentes sentidos das parcerias	35
	a) Parceria como reforma de métodos de Gestão no sector público.	36
	b) Parceria como solução global substitutiva da tradicional gestão pública.	37
	c) Parceria como regeneração moral.	37
	d) Parceria como repartição ou transferência de risco.	39
	e) PPP como reestruturação do sector público	40
	f) Parceria como partilha de poder	41
	g) As parcerias não são privatização	42
	h) PPP como boa-governação?	43
CAPÍTULO IV		
BREVE RESENHA LEGISLATIVA DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS NO MUNDO		
7.	As Parcerias Público-Privadas no Brasil	44
8.	As Parcerias Público-Privadas na China	48
9.	As Parcerias Público-Privadas em França	52
10.	As Parcerias Público-Privadas no Canadá	53
11.	As Parcerias Público-Privadas na Alemanha	54
12.	As Parcerias Público-Privadas em Itália	55
13.	As Parcerias Público-Privadas na Austrália	59
14.	As Parcerias Público-Privadas na Grécia	60
15.	As Parcerias Público-Privadas na África do Sul	62
16.	Um olhar crítico sobre a regulamentação das Parcerias Público-Privadas em Portugal	63
	O novo Código dos Contratos Públicos	

CAPÍTULO V

UM CONTRATO DE PARCERIA?

17. Das dúvidas sobre a natureza jurídica dos contratos administrativos 72

18. O contrato principal numa PPP face aos critérios determinantes da natureza pública dos contratos 77

a) Critério da jurisdição competente.

b) Critério da forma e das formalidades.

c) Critério da natureza jurídica das partes.

d) Critério do fim de imediata utilidade pública

e) Critério da sujeição.

f) Critério das cláusulas exorbitantes; regime exorbitante; ambiente exorbitante; Critério misto cláusula exorbitante/serviço público

19. Em busca de uma noção de Contrato de Parceria. 86

20. O carácter aparentemente contraditório do interesse público nas PPP 93

CAPÍTULO VI

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE UM CONTRATO PRINCIPAL NUMA PPP

21. Princípio da igualdade das partes e a necessária liberdade contratual 94

22. Princípio da Fundamentação 94

23. Princípio da Confiança (equidade e segurança jurídica) 95

24. Princípio da Flexibilidade 99

25. Princípio da Transparência 100

26. Princípio da Imparcialidade da Administração 102

27. Princípio da Participação Pública 105

CAPÍTULO VII

ELEMENTOS ESSENCIAIS DE UM CONTRATO PRINCIPAL NUMA PPP

28. Uma parte pública, uma ou várias partes privadas 106

29. Sociedade Comercial Instrumental 111

30. Partilha equitativa e mitigação dos riscos 115

31. Contrato de Longa Duração 119

32. Definição pormenorizada das condições financeiras, dos objectivos quantitativos e dos objectivos qualitativos do Projecto 119

33. Procedimento especial de escolha do parceiro privado 120

CAPÍTULO VIII

CONCLUSÕES 122

BIBLIOGRAFIA 136

ÍNDICE 149